

**A INTERPRETAÇÃO REALIZADA POR VALÉRIO ROHDEN
SOBRE O CONCEITO DE LIBERDADE NA OBRA DE KANT****THE INTERPRETATION CARRIED OUT BY VALÉRIO ROHDEN
ON THE CONCEPT OF FREEDOM IN THE KANT'S WORK**Josemi Medeiros¹

Resumo: O presente artigo aborda a concepção de liberdade em Kant, segundo a interpretação de Valério Rohden. A análise sobre o texto do estudioso propõe perceber a contribuição da obra “Interesse da razão e liberdade”, no entendimento dos conceitos kantianos, em especial a ideia de liberdade. O estudo em Kant considera como ponto de partida para análise de Kant, o problema metodológico da demonstração da razão prática, em seguida a universalização da razão e sua relação com a liberdade. Com isso, iremos perceber que a interpretação proposta por Valério Rohden segue o entendimento dos aspectos filológicos na obra de Kant.

Palavras-chave: Razão; Liberdade; Kant; Rohden.

Abstract: The article boards on the conception of freedom in Kant, according to the interpretation of Valério Rohden. The analysis on the text of the scholar, proposes to realize the contribution of the work makes “Interesse da razão e liberdade”, in the understanding of the kantian's concepts, in special the idea of freedom. The study in Kant, considers like starting point for analysis of Kant, the methodological problem of the demonstration of the practical reason, next the universalization of the reason and his relation with the freedom. With that, we will be going to realize that the interpretation proposed by Valério Rohden follows the understanding of the philological aspects in the work of Kant.

Keywords: Reason; Freedom; Kant; Rohden.

A obra de Rohden propõe esclarecer, de maneira lógico-semântica, a relação entre liberdade e universalidade na filosofia de Kant, sob a perspectiva do conceito-chave da razão prática. O ponto de partida para Rohden, consiste em entender que a razão prática pode servir

¹ Mestrando em Filosofia pelo PPGF da PUCPR, especialista em Filosofia da Educação pela UFPR e docente de Filosofia da SED-PR

THAUMAZEIN: REVISTA ON-LINE DE FILOSOFIA - ISSN: 1982-2103

de critério crítico para outras determinações da razão, que se justifica sobre a interconexão entre razão e liberdade (ROHDEN, 1981, p.23).

Duas questões apresentadas por Rohden podem contribuir de maneira significativa para o entendimento da relação entre liberdade e razão: a primeira, por que a liberdade precisa ser determinada em conexão com a razão? A outra, consiste em entender se o homem quando age contra a razão, deixa de ser livre? (ROHDEN, 1981, p.24).

O comentador kantiano esclarece na introdução de sua obra, que a “determinação da razão prática é a liberdade”, com isso o interesse da questão converge para o esclarecimento da liberdade do homem (ROHDEN, 1981, p.24). Segundo Rohden,

o conceito de liberdade toma sentidos diversos, que podem ser relacionados entre si. No conceito de liberdade como espontaneidade, tem que se distinguir entre liberdade transcendental e liberdade prática. No conceito de liberdade prática, tem que se distinguir entre liberdade moral e liberdade política, entre liberdade negativa e liberdade positiva (ROHDEN, 1981, p.24).

O problema central referente ao conceito de liberdade prática, concerne à relação entre liberdade e lei universal da razão (ROHDEN, 1981, p.24). Para o entendimento do conceito de liberdade na obra de Kant, o comentador busca os diversos fundamentos do conceito de liberdade, tais como: liberdade positiva e negativa, liberdade interior e exterior².

A formulação de uma crítica é o método de fundamentação da razão prática, como a única razão que, desde o ponto de vista da liberdade, pode ditar leis da vontade. Sendo assim, “o conceito prático de liberdade torna-se o ponto de partida para toda tentativa de fundamentação da razão, bem como para toda a crítica daquelas condições que contradigam a liberdade” (ROHDEN, 1981, p.27).

Na primeira parte da obra, o comentador apresenta uma discussão sobre a determinação da razão frente à liberdade e razão. Na segunda parte do escrito, aborda-se a relação entre liberdade e razão, nesta comenta-se as conexões entre conhecimento e a práxis, a partir de outros filósofos, o objetivo é demonstrar diferentes abordagens sobre o tema. Na

² Liberdade exterior tem como requisito a independência material, vinculada à posse de bens e meios próprio de trabalho. O conceito positivo de liberdade identifica-se com o de lei como possibilidade universal de liberdade, ocorre com sempre maior frequência o esquecimento do vínculo entre ambos, tornando-se a lei o fundamento último e inquestionamento de qualquer determinação de comportamento.

última parte da obra, a relação entre liberdade e universalidade da razão, que envolve três diferentes modalidades: teórico, prático e ético-político.

O problema metodológico da demonstração da Razão Prática

Para Rohden, o ponto de partida para alcançar a conciliação entre razão e liberdade, consiste em entender que

a razão prática, quando possui em si própria um fundamento suficiente para a determinação da vontade com vista à realização dos seus objetos, isto, é quando a razão mesma é determinada pela liberdade. A possibilidade da demonstração de que a liberdade possa ser atribuída efetivamente à vontade humana e à vontade de todos os entes racionais (ROHDEN, 1981, 31).

Segundo Rohden, a possibilidade em conciliar a ideia de liberdade e razão, consiste em compreender a liberdade como critério da razão prática. Para isso, o comentador considera que “a liberdade é uma propriedade da vontade, que consiste simplesmente na possibilidade de subordinar-se à razão, enquanto a razão é por sua vez elevada a uma autoridade que dispensa toda ulterior justificação e legitimação” (ROHDEN, 1981, 32). E afirma que

mediante a demonstração de que nenhuma razão condicionada empiricamente (isto é, uma razão subjetivamente e privada), mas somente uma razão pura prática pode determinar tais leis universais, deve ficar já implícito que o homem e todo ente racional que se submete a tais leis é livre. Pois, o homem somente pode obedecer moralmente a leis sob a condição da sua liberdade. O inteiro valor da sua moralidade depende da liberdade das suas ações (ROHDEN, 1981, 32).

O papel da crítica consiste em desenvolver a consciência da realidade da razão prática. A solução da razão e liberdade encontra seu caminho a partir da “verificação da realidade da razão prática forma uma unidade com o próprio processo da crítica”. Para o comentador, este processo é “guiado pela admissão da realidade da razão prática”. Sendo que a crítica se exerce

THAUMAZEIN: REVISTA ON-LINE DE FILOSOFIA - ISSN: 1982-2103

com base nos conhecimentos da razão teórica, guiada particularmente pelas ideias metafísicas. (ROHDEN, 1981, 33-34).

Fundamentado na obra de Kant, o comentador apresenta a relação entre razão e liberdade, a partir dos desdobramentos do conceito de liberdade na obra de kantiana, em especial a liberdade transcendental³ e a prática.

A liberdade transcendental é definida como o poder de

iniciar espontaneamente um estado, não é extraído da experiência, mas é antes pensada como a própria lei universal da possibilidade da experiência. No mesmo texto, a liberdade prática é definida como independência da vontade face à coerção dos impulsos da sensibilidade (ROHDEN, 1981, 34).

Como se afirma na *Crítica da razão prática (KpV)*, a ideia teórica de liberdade é uma espécie de credencial para as leis morais, na medida em que também para a razão teórica ela é um conceito necessário para o preenchimento de uma necessidade (ROHDEN, 1981, 34 apud *KpV*, p.162, A83).

Por outro lado, “a liberdade prática poderia ser definida também pela independência da vontade de qualquer outra lei, com exceção unicamente da lei moral” (ROHDEN, 1981, 35). Sendo assim,

a realidade da liberdade não é percebida a partir da sua possibilidade teórica; mas, antes, é a partir da realidade da razão prática que pela primeira vez se mostra a nós, se bem que apenas negativamente, a liberdade como um poder em nós. Apenas a partir desta consciência prática é que se formam nossos conceitos teóricos respectivos e podemos reconhecer a sua possibilidade (ROHDEN, 1981, p. 36).

Com a *Crítica da razão prática (KpV)*, estabelece-se a base para distinguir entre razão empiricamente condicionada e razão pura, sendo que a razão prática não pode ser deduzida teoricamente, mas nos é previamente dada (ROHDEN, 1981, 36-37).

³ Em sentido cosmológico, a liberdade é definida como “o poder de iniciar espontaneamente um estado, cuja causalidade, pois, não está por sua vez, como o requer a lei da natureza, sob uma outra causa que a determine quanto ao tempo” (ROHDEN, 1981, 95 apud *KrV*, p. 488/B561).

THAUMAZEIN: REVISTA ON-LINE DE FILOSOFIA - ISSN: 1982-2103

A consciência da liberdade - na *Fundamentação da metafísica dos costumes (GMS)*, formula-se a primeira fundamentação da razão prática, em que se apresenta como consciência de uma força motriz autossuficiente da razão para impor-se espontaneamente na práxis (ROHDEN, 1981, 38). Sendo assim, assume um caráter autônomo em sentido duplo, primeiro como autoconhecimento da vontade correta; e em segundo, como força própria para produzir ações, capazes de acontecerem unicamente por seres racionais (ROHDEN, 1981, 38). A justificação dessa formulação se caracteriza em função do ente racional, que só pode agir sob a ideia da própria liberdade, é em sentido prático realmente livre (ROHDEN, 1981, 38 apud *GMS*, p. 83, BA 100).

A consciência da lei moral nos ajuda a formular a consciência do conceito de liberdade. Sendo que a negação da liberdade seria também a negação da lei moral. Portanto, segundo Kant, “o fato de que a realidade da razão prática depende da demonstração da realidade da nossa liberdade não significa ainda que a liberdade deva ser provada antes da lei moral, mas somente que a liberdade é a “*ratio essendi*” das suas determinações práticas, de tal modo que, se não fôssemos livres, não poderia haver nenhuma lei prática” (ROHDEN, 1981, 40). As leis morais possuem uma precedência sobre a liberdade apenas como “*ratio cognoscendi*”, isto é, como condição pela qual nos tornamos conscientes da liberdade.

A formulação da consciência da liberdade ocorre de maneira reflexiva e não intuitiva, sendo o “fato da razão” um discurso construído pela própria razão sobre si mesmo. Portanto, “a consciência prática da liberdade não deve significar que a liberdade se limita ao moral. Provavelmente Kant pense apenas que a experiência moral seja a base a partir da qual se chega ao descobrimento da liberdade. Com efeito, a consciência da liberdade distingue-se da obediência” (ROHDEN, 1981, 42). Portanto,

a consciência da liberdade atestam uma relação recíproca entre liberdade e leis práticas e conduz à suposição, participada pelo próprio Kant, de que uma lei incondicionada seja simplesmente a autoconsciência de uma razão prática pura, e que esta por sua vez seja totalmente idêntica com o conceito positivo de liberdade (ROHDEN, 1981, 43).

Rohden considera que a liberdade é a fundamentação positiva suficiente da força motriz da razão, que só poderá ser compreendida se o próprio conceito de razão não for

entendido de modo meramente lógico, mas principalmente de modo prático, na medida em que por racional designarmos o possível querer de todos os homens (ROHDEN, 1981, 46).

O interesse da razão

Conforme o pensamento kantiano, todas as ações da nossa vida sensível são levadas à unidade mediante a consciência da liberdade, que são necessariamente julgadas segundo a espontaneidade absoluta da liberdade. Com isso, a liberdade universal e racional torna-se condição permanente, sob a qual o homem pela primeira vez se conhece a si mesmo (ROHDEN, 1981, 49).

Portanto, a liberdade não é derivada da razão, mas antes a razão é derivada da liberdade. Com isso, a razão torna-se prática através da liberdade, e o homem submetido às leis da razão reconhece-se como livre em seu eu e sua ação (ROHDEN, 1981, 50).

O interesse da razão, no pensamento de Kant, consiste em promover a autonomia da pessoa que age racionalmente, ou seja, o interesse da razão humana pela liberdade é uma consequência necessária que se constitui como prática, isto é, como um fundamento autossuficiente de determinação da vontade (ROHDEN, 1981, 51).

O interesse pela liberdade é a condição do seu conhecimento prático, o homem conhece a sua liberdade enquanto se deixa determinar praticamente por ela. O interesse da razão pela liberdade e a condição do conhecimento prático, entende-se, segundo Rohden, que

o interesse pela liberdade significa, então, que o homem conhece a sua liberdade, enquanto se deixa determinar praticamente por ela. A liberdade tanto constitui o imediato interesse da razão humana, como se realiza mediante o mesmo interesse. A realização da liberdade satisfaz plenamente a necessidade da razão. Com isso a condição do conhecimento prático não significa uma fundamentação da moral sobre o conceito de interesse, mas significa uma unidade de razão e emoção sob o primado da liberdade, o que descaracteriza a tendência racionalidade da moral kantiana (ROHDEN, 1981, 85).

Sendo assim, a partir de uma perspectiva prática, a razão não se deixa determinar por nenhum interesse estranho ou empírico, pois ela somente se interessa por aquilo que é em si mesmo bom. Com a fundamentação prática, a liberdade ao mesmo tempo deixa de ser uma

simples ideia para tornar-se um fato no homem que age moralmente (ROHDEN, 1981, 89-90).

Conforme Rohden, a proposta do seu trabalho consiste em esclarecer de imediato o significado prático e crítico do interesse da razão, isto é, o interesse é universal porque a razão prática, à qual se refere, é uma vontade universal. Entende-se que a razão persegue fins universais e a liberdade deve ser buscada, pois tem atribuições a todo ente racional como fim em si mesmo (ROHDEN, 1981, 91).

Ao tratar sobre a autonomia, o fundamento encontra-se no interesse com as máximas, que possui uma forma de lei (ROHDEN, 1981, 91). “A razão só toma um interesse imediato pela ação, quando a universalidade da sua máxima for princípio suficiente de determinação da vontade. Somente um tal interesse é puro” (ROHDEN, 1981, 91 apud *GMS*, p. 97/BA122).

Portanto, a relação entre razão e liberdade com base no conceito de interesse revela-se como um interesse prático pela existência da liberdade no sentido de autonomia, ou como um interesse pela auto derminação real e universal do homem.

Universalidade da razão e Liberdade

Na terceira parte da obra, o comentador trata sobre a relação entre universalidade e livre interesse da razão humana, com o intuito de entender como essas questões se relacionam entre si. O objetivo consiste em demonstrar as conexões práticas e necessárias entre liberdade e universalidade.

O conceito de universalidade concerne essencialmente à razão e sua legislação, em conexão com o conceito de liberdade. Assim sendo, a universalidade é considerada, por Kant, como condição da liberdade (ROHDEN, 1981, 95).

Valério Rohden, considera que o conceito de liberdade em Kant, apesar das aparências, não se refere à liberdade de um ente racional em geral, abstrata ou puramente considerado, mas especificamente à liberdade do homem, como ente racional-sensível (ROHDEN, 1981, 97).

Para Kant, a razão como espontaneidade absoluta do pensamento, dirige-se à formação de princípios e de síntese. Porém, a consciência da espontaneidade de pensamento não garante a existência da liberdade do sujeito pensante. A liberdade é pensada não em vista a

explicações de ações, mas positivamente em vista à determinação prática do arbítrio para agir (ROHDEN, 1981, 102).

Rohden critica a abordagem referente ao conceito de liberdade kantiano, ao afirmar que: “Kant não desenvolveu nenhuma teoria satisfatória do conhecimento prático”, e que “a determinação da relação entre liberdade e natureza, bem como entre razão teórica e prática, permanece igualmente insatisfatória” (ROHDEN, 1981, 106). Com isso o comentador defende que não se pode esperar por uma perfeita solução teórica sobre a questão da liberdade, nem é possível reconstruir a relação entre teoria e práxis sobre (ROHDEN, 1981, 106).

Rohden considera que a liberdade do homem pode ser pensada de duas maneiras: primeiro, “subjetivamente ela pode ser pensada como ausência de leis”; e segundo, “objetivamente ela pode ser pensada como um poder de autodeterminação da razão, que se dá a conhecer como uma liberdade para o bem. A liberdade do homem torna-se objetiva mediante a sua racionalidade” (ROHDEN, 1981, 110). Com isso conclui Rohden, “a liberdade enquanto fundamento teórico para a explicação dos fenômenos fracassa, porque ela mesma não pode ser mais determinada sob nenhuma condição. [...] A possibilidade da obrigação mediante a liberdade depende da autoconsciência desta” (ROHDEN, 1981, 111). Sendo assim, a liberdade não pode ser denominada uma simples propriedade da razão, uma vez que ela se distingue do conceito de razão. Mas, a razão pode em certo sentido ser denominada uma propriedade do conceito prático de liberdade. Por conseguinte, a razão pode em certo sentido ser denominada uma propriedade do conceito prático de liberdade. É com base na liberdade que a razão contém as condições do seu uso num todo cósmico moral, que mediante os conceitos da razão é um projeto da própria liberdade (ROHDEN, 1981, 111).

A relação prática entre liberdade e razão

Segundo o comentador, Kant compreende a liberdade como espontaneidade de uma causalidade peculiar e, nos escritos práticos, seria uma concepção de liberdade como autonomia. Sendo, que a autonomia é definida como o poder de uma vontade que é lei para si

THAUMAZEIN: REVISTA ON-LINE DE FILOSOFIA - ISSN: 1982-2103

mesma, isso numa concepção da razão prática⁴. A partir da perspectiva da autonomia, a liberdade não é simplesmente submetida a uma lei, mas se torna igualmente seu fundamento (ROHDEN, 1981, 123).

Segundo Rohden, a autonomia é o princípio por excelência de uma razão não-instrumental. A autonomia é liberdade positiva. Não se pode construir em lei heterônoma para o homem enquanto ente racional-sensível. Mas a liberdade do ser humano inclui a liberdade de arbítrio, que significa expressar-se pelo projetar máximas reguladoras da ação. Sendo assim, a liberdade consiste na possibilidade de o arbítrio determinar-se racionalmente, ou seja, fazer de uma lei da vontade uma máxima própria ou se propor por um objeto universal humano. “O arbítrio racional, que é segundo máximas objetivamente válida” (ROHDEN, 1981, 154).

Segundo Rohden, “o homem possui liberdade somente quanto ele quer por ela mesma, e não como instrumento” (ROHDEN, 1981, 161). Pois, o comentador considera que a liberdade de arbítrio seja o fundamento subjetivo que possibilita a autonomia. Assim como a autonomia seja o fundamento objetivo da possibilidade da liberdade, ou é já liberdade em pleno sentido (ROHDEN, 1981, 154). Isso é possível devido à capacidade do homem tornar a razão uma lei, a qual vale não simplesmente por ser uma lei, mas porque sobre ela se funda universalmente a capacidade de cada homem de ser homem, isto é, em ser livre (ROHDEN, 1981, 160).

Interpretação Filológica⁵

Para Valério Rohden, a liberdade do ser humano pode, portanto, ser pensada de duas maneiras: 1) subjetivamente, ela pode ser pensada como ausência de leis. Sobre esta liberdade subjetiva qualquer “explicação” é possível; 2) objetivamente, ela pode ser pensada como um

⁴ A liberdade prática define-se como “independência da vontade de toda outra lei, como exceção unicamente da lei moral” (ROHDEN, 1981, 123 apud KpV, p. 218/A167-8). Em outra passagem, a liberdade é definida como a independência do arbítrio da coação dos impulsos da sensibilidade (KrV, p. 489/ B562). A liberdade é a independência da lei natural do fenômeno, na medida em que a forma universalmente legisladora da máxima é fundamento suficiente de determinação da vontade (ROHDEN, 1981, 123 apud KpV, p. 138, A51).

⁵ A proposta de um estudo filológico pretende analisar o texto kantiano a partir de suas problemáticas, tendo em vista a datação, localização e edição de textos. Para tanto, apoia-se na história, na linguística, na gramática e no estilo textual.

THAUMAZEIN: REVISTA ON-LINE DE FILOSOFIA - ISSN: 1982-2103

poder de auto determinação da razão, que se dá a conhecer como uma liberdade para o bem. A liberdade do homem torna-se objetiva mediante a sua racionalidade.

Segundo Rohden, o agir do homem para ser denominado livre em sua ação não poderá depender das determinações do mundo sensível, das suas inclinações. Sua razão é o que lhe dá auto determinação, e nela consiste a existência da liberdade. O homem, a partir de sua razão prática, se auto determina. Ser livre, em Kant, é estar liberto da submissão dos mecanismos da natureza. Uma vontade isenta de qualquer dependência é entendida, por Kant, como liberdade prática, e nela a possibilidade do processo de universalização do homem. O interesse pela liberdade significa que o homem conhece sua liberdade enquanto se deixa determinar praticamente por ele, assim, “a liberdade prática, é uma constante auto-educação com vistas a uma práxis universal. E somente aquele que se decide a tal pode ser denominado um homem livre e autônomo” (ROHDEN, 1981, p. 155).

A proposta filológica, considera o problema metodológico. Rohden faz uma interpretação do conceito de liberdade abordado em diferentes momentos da obra de Kant, procurando pontuar as diversas formulações. Destaca o conceito de liberdade transcendental e liberdade prática, procurando pontuar a origem do conceito conforme o pensamento kantiano. Ao tratar sobre o interesse da razão, apresenta que o pensamento de Kant consiste em entender que a ação racional identifica a capacidade autônoma do sujeito. Ao tratar sobre o conceito de universalidade, entende que essencialmente concerne à razão e sua legislação, em conexão com o conceito de liberdade. Sendo assim, a universalidade é considerada por Kant como condição da liberdade.

Referência Bibliográfica

ROHDEN, V. **Interesse da razão e liberdade**. São Paulo: Editora Ática, 1981.